

EXPERIMENTAÇÕES ETNOGRÁFICAS: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA EM ANTROPOLOGIA NA GRADUAÇÃO DA UFSCAR

Catarina Morawska

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar.
Coordenadora do Laboratório de Experimentações Etnográficas (LE-E).
E-mail: morawska-vianna@ufscar.br

RESUMO

A apresentação do dossiê aborda a importância da formação de pesquisadores em ciências sociais como uma via de atuação política pautada pela técnica acadêmica. Especificamente na área de antropologia, defende-se a ideia de experimentações etnográficas como uma possibilidade criativa de se relacionar corpos bibliográficos e material de campo. Está aqui

em questão a crítica ao lugar da teoria nos textos antropológicos. O objetivo do dossiê é tornar público como se pode estimular pesquisas inovadoras e sofisticadas em nível de graduação, e como isso tem sido levado a cabo pelo Laboratório de Experimentações Etnográficas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

INTRODUÇÃO

Os quatro últimos anos, meus primeiros como professora de uma universidade pública, foram de intenso aprendizado sobre o ensino das ciências sociais na graduação. O incômodo dos - e sobretudo das - estudantes com o curso era uma constante: *por que só lemos homens brancos?; por que reafirmar um conhecimento elitista quando deveríamos valorizar outras formas de saber?; por que aceitar a autoridade em sala de aula que silencia os estudantes e dá muitas vezes vazão a atitudes machistas, racistas, homofóbicas?; por que a militância é desvalorizada?; para quê, afinal, serve o curso?.* Todas essas perguntas indicavam uma universidade diferente da que conhecera quando aluna de graduação na década de 1990. A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) parecia a mim uma universidade renovada, mais heterogênea, efeito de políticas de ações afirmativas e permanência estudantil que nos últimos anos garantiram a presença de negros, indígenas, filhas e filhos de trabalhadores, muitas vezes a primeira geração da família no ensino superior. O desconforto que expressavam em sala de aula, nos corredores, em reuniões de orientação, criava um ambiente extremamente interessante e profícuo para repensar, mas também reafirmar, o curso de bacharelado em ciências sociais e a importância daquilo a que se propõe: formar pesquisadores em alto nível.

Isso, evidentemente, trazia desafios muito particulares, e as suas justas e pertinentes questões geravam tantas outras cruciais para levar adiante o esforço de formação de pesquisadores. Como aproveitar o *momentum* que as políticas afirmativas haviam criado, ao permitir a presença daqueles em geral excluídos da universidade, para de fato revisar as ementas das disciplinas, e mais amplamente para repensar método e teoria? Ao mesmo tempo, como insistir na importância da produção do conhecimento científico e demonstrar às e aos jovens estudantes que fazer pesquisa em alto nível é também fazer política? O argumento defendido com maestria por Isabelle Stengers (2002) estava sempre à mão para eventuais discussões sobre o assunto: a produção de conhecimento científico depende sempre das relações fora

do laboratório, com a imprensa, agências de financiamento, grupos de pressão, e, portanto, não está nunca descolada do jogo político.

O conhecimento militante, é claro, anda muitas vezes lado a lado com a produção advinda de laboratórios e centros de pesquisa. Trata-se aqui não de ranquear um em relação ao outro, mas reconhecer uma diferença de forma: há aquele conhecimento aprendido nas universidades que, revestido da autoridade que o método científico lhe confere, circula por certos circuitos e produz fatos, dados, verdade e, portanto, efeitos importantes no mundo; e há aquele feito nas redes de militância, cuja legitimidade é dada pela experiência e vivência daqueles em torno da causa pela qual militam, e que em geral circula por outros circuitos, na internet, em Conselhos de Direitos, no Congresso Nacional, na imprensa, gerando também importantes - e até mais evidentes - efeitos no mundo.

Os atuais ataques à presença das ciências sociais nas escolas, sob a alegação de serem “ideológicas”, têm como estratégia justamente borrar essas fronteiras. Coalizões entre a forma-militância e a forma-academia são sempre possíveis e desejáveis, mas como uma aliança forjada na diferença, entre formas distintas. É preciso, mais do que nunca, defender o conhecimento acadêmico em ciências sociais como particular e necessário, para assim mantê-lo como mais uma voz ativa e legítima no debate nacional. Criar uma resposta para as persistentes desigualdades sociais, assim como para os crescentes desastres ambientais causados por um modelo corporativo que supõe a possibilidade de desenvolvimento ilimitado, implica, como lembra Stengers (2015), ser capaz de repercutir, de constituir “caixas de ressonância” tais que o que ocorre com alguns leve os outros a pensar e agir, mas também que o que alguns realizam, aprendem, fazem existir, se torne outros tantos recursos e possibilidades experimentais para os outros” (p. 148).

Para fazer da universidade uma tal caixa de ressonância, isto é, para fazer política por meio da forma-academia, é necessária a familiarização com certa técnica: a delimitação de um objeto de pesquisa relevante (ou que possa se tornar relevante) para o debate político; a mobilização da bibliografia pertinente em relação ao objeto de pesquisa; a definição do método investigativo; a execução rigorosa da pesquisa (a partir do método estabelecido); a elaboração de reflexões que sejam precisas conceitualmente, relacionando os problemas específicos apresentados no campo pesquisado com os debates mais amplos da área disciplinar em questão. Tudo isso implica apreender certa forma particular de produção de conhecimento, que assume em geral, ainda que não exclusivamente, o formato de projetos de pesquisa, relatórios, artigos, resenhas, monografias, livros. Como todo estudante logo aprende,

é um ofício nada fácil, que envolve minúcia, perícia e muitas horas de dedicação.

Assim, no já mencionado contexto da UFSCar que incitava a possibilidade de repensar método e teoria, e com o intuito de reafirmar a importância política do conhecimento acadêmico em ciências sociais e levar adiante o projeto de formação de jovens pesquisadores na área específica em que atuo, a antropologia, foi criado em 2013, num esforço conjunto com estudantes de graduação e pós-graduação, o Laboratório de Experimentações Etnográficas (LE-E). Ligado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSCar, o LE-E vem promovendo debates teórico-metodológicos sobre o fazer etnográfico, encorajando assim experimentações com materiais etnográficos e bibliográficos dos mais diversos. O objetivo é operar torções de perspectivas, descrições inesperadas, comparações não convencionais. Por meio de um trabalho cuidadoso de identificação de conceitos, metáforas e modelos advindos, de um lado, da literatura especializada, e de outro, do mundo dos nossos sujeitos de pesquisa, buscamos adotar estratégias descritivas que permitam colocar tais tropos em relação para compreender de maneira original os elementos alvo da descrição.

Algumas das questões e incômodos dos estudantes apontados no início desta apresentação marcam nossas experimentações em um aspecto crucial: o cuidado e a atenção ao lugar da teoria nas reflexões. Advogamos pela primazia dos conceitos, metáforas e modelos dos nossos interlocutores no campo como base para formar imagens no texto etnográfico que sejam fiéis ao mundo estudado ou a aquilo que ali importa. Isso não é exatamente o mesmo do que falar a partir da perspectiva nativa, uma assertiva demasiadamente utilizada e que muitas vezes tende a esconder nas etnografias os modelos antropológicos que as embasam. Não se deve enganar: fala-se sempre a partir da antropologia. No nosso caso, falamos especificamente a partir de um modelo procedimental inspirado em grande medida, mas não exclusivamente, por antropólogas como Marilyn Strathern, Anna Tsing, Annemarie Mol, Annelise Riles, Ciméa Barbato Bevilaqua, Ana Claudia Marques, e por autoras como Judith Butler, Isabelle Stengers, Donna Haraway, bell hooks, Audre Lorde, Clarice Lispector, que pensam a (ou fazem da sua) escrita um agenciamento estético-político. Estamos sempre atentas às conexões que os diferentes materiais que temos em nossa frente tornam possíveis, sejam eles bibliográficos ou de campo. São por isso parciais, momentâneas, uma espécie de bricolagem que dá forma ao texto a depender do que se apresenta. Colocamos em relação, por meio de comparações e analogias, corpos de conhecimento distintos para assim realçar, eliciar, fazer ver as tantas assimetrias do mundo. Em suma, trata-se de um esforço extremamente técnico que procura efetivar

efeitos que são ao mesmo tempo estéticos e políticos. Técnica, política e estética estão todas entremeadas.

É em consonância com esse modelo procedimental de escrita etnográfica que foram confeccionados os textos deste dossiê, que reúne os primeiros exercícios de pesquisa em antropologia por estudantes em nível de graduação. São textos exploratórios, que levam adiante a proposta do LE-E, e que, assim como é marca do laboratório, definem-se não por um eixo temático, mas por certa criatividade procedimental. Temos, assim, seis trabalhos que apresentam temas dos mais diversos: Joaquim Pereira de Almeida Neto aborda conceitos como “autonomia” e “empoderamento” mobilizados pelos funcionários da Funai de Altamira; Juliana Boldrin trata dos procedimentos de auditoria no Sistema Único de Saúde (SUS) a partir de um hospital de internação compulsória de pacientes com tuberculose multiresistente no interior de São Paulo; Iana Lopes Alvarez desenvolve uma etnografia sobre o *Lulu*, aplicativo de relacionamento em que mulheres classificavam homens, ativo por dois meses em 2013 e logo desativado por ordem judicial; Gislene de Oliveira Rodrigues discorre sobre a multiplicidade de pontos de vista entre homossexuais e transexuais na favela de Heliópolis, em São Paulo; Jesser de Oliveira Ramos descreve a tecnologia estético-política presente no trabalho de Donna Haraway; e, por fim, Ana Lúcia de Oliveira aproxima a idéia de percepção sensorial de Aldous Huxley a debates na área de antropologia ecológica.

No processo de escrita dos artigos, que acompanhei seja como orientadora seja como professora em sala de aula, duas inquietações pareciam atravessar igualmente a todas as autoras e autores. A primeira, ainda que nunca expressa explicitamente, era como impedir que a academia matasse o que as/os movia. Pois todas carregavam certa sensibilidade e disposição que as direcionavam a algum assunto ou tema que lhes era precioso, como, por exemplo, a luta contra o machismo, homofobia e racismo, ou mesmo a relação com outros seres não humanos. Para elas, contudo, as diferentes bibliografias mobilizadas - antropologia do desenvolvimento, antropologia médica, estudos de gênero, estudos sobre periferia, teoria feminista, antropologia ecológica - pareciam engessar as possibilidades criativas de reflexão. Como algumas tinham também feito trabalho de campo, uma segunda inquietação se colocava: como não submeter o material de campo à agenda da literatura? Ou, como fazer com que a reflexão acadêmica não matasse o que importava para as pessoas sobre as quais se escrevia?

As respostas a essas inquietações variavam caso a caso, mas em geral as soluções apresentadas na forma de experimentações etnográficas questionavam o

lugar da teoria na reflexão antropológica: ao tatear possibilidades reflexivas abertas por diferentes modelos teóricos, como faz Joaquim Almeida Neto; ao explicitamente (e provisoriamente) se aliar a autores particulares como no caso de Juliana Boldrin e Jesser Ramos; ao desviar da literatura que trata de seus objetos de pesquisa, como nos artigos de Iana Alvarez e Gislene Rodrigues; e ao agenciar encontros entre corpos de literatura acadêmicos e não acadêmicos no caso de Ana Lúcia Oliveira.

Como um exercício de leitura, sugiro às pessoas que porventura visitarem o dossiê uma atenção especial para a especificidade de cada experimentação aqui disposta, isto é, a maneira como cada autora e autor conecta e relaciona corpos bibliográficos e etnográficos, a estratégia argumentativa adotada e a imagem que, como consequência, forma-se em cada texto. Algumas pistas abaixo.

AGENCIAMENTOS

Os dois primeiros artigos baseiam-se em trabalho de campo em contextos institucionais: Almeida Neto na FUNAI em Altamira, no Pará; Boldrin no hospital Nestor Goulart Reis, em Américo Brasiliense, no estado de São Paulo. O primeiro atenta para as mobilizações conceituais dentro do escritório; a segunda para os documentos que circulam nas salas e corredores do hospital. Qual a estratégia adotada em cada texto?

Almeida Neto declara logo de início que o que ali se apresenta é um exercício de organização do material de campo. É um texto que experimenta possibilidades reflexivas a partir da aliança com dois autores distintos. Após breve descrição do campo, o autor opera uma primeira tentativa de dar sentido à sua experiência, ao usar a noção de “descrição densa” de Clifford Geertz, que a princípio parecia útil evocar, pois assim como os seus interlocutores de pesquisa, também o etnógrafo desvendava significados à medida que acessava um sistema simbólico compartilhado. Logo, contudo, tal aliança é preterida por outra, dessa vez com Gregory Bateson e sua ideia de “forma que comunica”. Se a primeira imagem estabelece um modelo que coloca par a par o sujeito de pesquisa e o etnógrafo em campo – ambos operando interpretações de sistemas simbólicos -, a segunda ajuda o autor a pensar a escrita etnográfica. Pois, como ele bem aponta, tanto em emails, relatórios, reuniões de funcionários da Funai quanto em seus próprios diários de campo, há um processo constante de transmissão de informação que depende das redundâncias surgidas a partir da iteração de determinadas formas. Em suma, interlocutores de pesquisa e pesquisador operavam a partir do mesmo procedimento comunicativo.

De um lado, temos um modelo de interpretação da cultura; de outro um

modelo que permite a cartografia de conceitos como “autonomia” e “empoderamento” que, ao serem iterados, tornam-se redundantes e disseminam-se por meio de enunciações subseqüentes. Vale ressaltar que é o próprio contexto institucional etnografado que demanda um modelo teórico distinto daquele adotado inicialmente. O efeito é produtivo, já que atentar para como conceitos atrelados entre si adquirem finalidades específicas em projetos de desenvolvimento da Funai constitui, de fato, uma abordagem mais frutífera para uma etnografia de instituições do que a interpretação de uma suposta “cultura do escritório” a que o primeiro modelo levaria.

Se a cartografia nocional defendida por Almeida Neto direciona o olhar para instâncias de enunciação em instituições de modo a averiguar conceitos atrelados entre si, a proposta de Juliana Boldrin nos desvia a atenção para a superfície material onde tal redundância toma corpo, isto é, para a concatenação de documentos e seus efeitos num contexto institucional como o de um hospital. Junto com Strathern (2000), Boldrin afirma que apenas certas práticas sociais, em geral associadas à ideia de boa gestão e otimização de atividades, assumem uma forma persuasiva e convincente para aqueles que vão realizar a auditoria, um argumento que ressoa o de Bateson mobilizado por Almeida Neto. No final das contas, Boldrin e Almeida Neto se encontram naquilo que é comum a ambos contextos etnográficos: está-se diante de certas formas que são reconhecíveis, redundantes, e que se inscrevem em papéis de todo tipo.

Para sua experimentação, Boldrin tem, de um lado, o material de campo realizado no hospital Nestor Goulart Reis, incluindo aí os prontuários médicos e documentos sobre auditoria na saúde pública, e, de outro, a produção bibliográfica sobre cultura de auditoria. Para discorrer sobre o material de campo, a autora se coloca junto da literatura, apresentando por isso um argumento extremamente sintonizado com as discussões mais recentes da área. Dessa maneira, o que marca propriamente a sua experimentação não é tanto o distanciamento em relação à bibliografia, mas a forma do argumento, organizado a partir das fases de realização da auditoria no SUS. Sua etnografia é pautada pelo ritmo da concatenação dos papéis, e é por ele que vamos seguindo suas reflexões. Trata-se de uma estratégia que implica imitar uma temporalidade familiar aos interlocutores de pesquisa, um procedimento não dissimilar ao adotado por Marilyn Strathern (2006) em seu “Gênero da Dádiva”, ao propor imitar o contínuo sequenciamento melanésio de ocultamento e revelação de relações. Como a antropóloga britânica acaba por admitir, imitar a temporalidade melanésia é impossível, já que para tanto é preciso tempo real. Não acompanhamos em Boldrin, portanto, um processo de auditoria, já que para isso seria preciso tempo

real; mas a própria forma que o argumento toma faz jus ao que é importante para os auditores – as fases do processo e a maneira como um documento sequencia o outro. Com isso, a autora nos faz ver os efeitos desse processo, não apenas na prática cotidiana dos profissionais, mas também *a posteriori*, em relação aos recursos que chegam anualmente e às mudanças operacionais da instituição.

Os dois textos seguintes nos convidam a repensar de forma crítica a posição que a literatura especializada assume em nossos trabalhos, já que ambas as autoras nos propõem um desvio. No caso de Iana Lopes Alvarez, um desvio da literatura sobre gênero, sexualidade e tecnologia, e no caso de Gislene de Oliveira Rodrigues, um desvio da literatura sobre periferia e violência. Trata-se de um movimento argumentativo ousado e ao mesmo tempo arriscado, pois desviar de debates hegemônicos carrega sempre o risco de tirar o próprio texto de circuitos de discussão acadêmica. Como se verá, as vantagens para uma reflexão criativa podem valer o risco.

Alvarez inicia seu artigo de maneira clássica, com uma revisão bibliográfica da literatura que aborda discussões sobre comunidade virtual, identidade, mercado de relacionamentos, desejo e subjetividade, temas que poderiam, a princípio, informá-la sobre o seu objeto de pesquisa - o aplicativo *Lulu* de classificação de homens por mulheres. Logo em seguida, a autora propõe um desvio da literatura porque o seu experimento comparativo, que colocou lado a lado os debates entre blogueiras a favor e contra o aplicativo *Lulu* e entre juristas em processos judiciais, ressaltou algo distinto: noções de sociedade que aparecem entre aquelas e estes.

E, assim, nos vemos diante de um argumento cuidadosamente desenhado: primeiro, uma revisão bibliográfica e a proposta de um desvio; logo depois, uma descrição etnográfica das classificações de homens no aplicativo, ativo por apenas dois meses e desativado por ordem judicial; em seguida, o debate entre feministas; finalmente, o debate entre juristas. A maneira como as partes do texto são ordenadas, e portanto a comparação que daí emerge, nos faz ver algo muito diferente de um argumento que, por exemplo, focasse apenas no debate entre blogueiras. Nesse caso, teríamos uma intersecção entre dois corpos de discussão - da literatura feminista e das próprias blogueiras -, sobretudo em torno de temas como a objetificação de homens como forma de exposição de uma ordem machista ou a disputa pelo direito de fala no espaço público. Contudo, ao fazer o movimento de incluir os juristas na comparação, algo novo aparece. Percebe-se que há noções muito específicas de sociedade em questão. Tanto para blogueiras favoráveis quanto desfavoráveis ao aplicativo está em jogo uma lógica da diferença e dominação que é própria da sociedade machista. Entre juristas, ao contrário, o aplicativo é visto como gerador de conflito entre duas partes

com iguais direitos, isto é, a sociedade é pensada como integrada entre diferentes partes generificadas. O argumento jurídico prevalecente foi o de que o aplicativo teria contribuído para provocar um dano moral coletivo com a ofensa a um direito metaindividual e, portanto, deveria ser desativado. Um passo adiante e chegaríamos ao ponto de partida, uma leitura feminista da própria discussão jurídica: tal decisão apenas poderia ser fruto de uma sociedade machista, pois em nome do equilíbrio da coletividade total (a sociedade), move-se novamente a balança de poder em favor de uma coletividade parcial (tida em termos de “indivíduos homogêneos”), os homens.

Se em Alvarez a comparação é o que leva a um desvio da literatura, no trabalho de Rodrigues o desvio é operado pela percepção de um descompasso entre o que se apresentava na literatura sobre periferia, geralmente focada em violência e crime, e aquilo que a autora via em campo entre homossexuais e transexuais em Heliópolis. Inspirada em trabalhos de pesquisadores da UFSCar como Marcos Vinicius Guidotti, Karina Biondi e Adalton Marques, Rodrigues propõe uma ficção na forma de um diálogo entre uma travesti de meia idade e uma jovem lésbica. O intuito é realçar a multiplicidade que aparecia em campo – de origem, idade, corpos, discursos, comportamento –, ao invés de homogeneizar as diferenças por alguma categoria mais ampla como LGBT. Com o foco no desejo, o diálogo afinal nos faz ver distintos pontos de vista sobre o “saber se comportar”, e como conformações de gays e lésbicas ao “jeito deles” - dos manos - implica um lugar de aceitação ou rejeição no bairro, isto é, se serão bem aceitos “até a página dois” ou se, ao contrário, poderão como “erva daninha” ocupar todo o bairro.

Desejo é também gancho para Rodrigues tratar da escrita etnográfica. A autora empresta a noção de produção desejante de Deleuze e Guattari (1972) para argumentar que os fluxos de desejo passam tanto por seus interlocutores de pesquisa quanto por ela como etnógrafa, e o encontro possibilitado pelo momento etnográfico (STRATHERN, 2014) permite a criação de circuitos interconectados e posicionados. A própria etnografia emerge, assim, como um desses circuitos, e nesse processo, abre-se a possibilidade de não homogeneizar a multiplicidade do mundo, mas fazer proliferar as suas diferenças na superfície do texto etnográfico.

Esta discussão também fica evidente no artigo seguinte de Jesser de Oliveira Ramos, que aborda a chamada “escrita-ciborgue” de Donna Haraway. Tanto o trabalho de Ramos quanto o de Ana Lidia de Oliveira sobre Aldous Huxley e a antropologia ecológica - os dois últimos textos do dossiê - são bibliográficos, resenhas experimentais de certo tipo.

Jesser Ramos constata na obra de Donna Haraway uma tecnologia político-

-analítica que denomina “escrita-ciborgue”, na qual a autora lança mão de figuras inesperadas, como cães e o chthulucene, figuras alegóricas de outros-inapropriados que fazem ver os dualismos natureza/cultura, político/técnico e ciência/sociedade, ao mesmo tempo em que sugerem outras possibilidades de existência, para além da dominação paternalista que esses dualismos implicam. O ciborgue, por sua vez, é alegoria para uma ciência feminista que, como argumenta o autor, é corpórea, política, parcial, situada e articulada. Ramos nos lembra como Strathern (2004) evoca a imagem do ciborgue para pensar a escrita etnográfica a partir de conexões parciais, afetada por tropos nativos. Se para Haraway o ciborgue possibilita o surgimento de imagens inesperadas e, assim, a aliança provisória com figuras excluídas, queer, sujas e opacas, para Strathern o ciborgue serve como tropo para criar textos etnográficos que estabeleçam conexões parciais (e provisórias) com as imagens que os Hagens lhe tornavam visíveis.

Assim como Rodrigues defende que a antropologia se faz a partir de circuitos conectados por fluxos desejantes entre etnógrafa e campo, também Ramos nos lembra que tais circuitos não apenas fazem jus às diferenças existentes no mundo, como também permitem a proliferação de diferenças no próprio fazer antropológico. Dessa maneira, como uma ciência feminista, a antropologia se torna uma possibilidade estética e uma tecnologia política que provocam ruídos nas imagens convencionais da ciência masculinista. É interessante notar como o próprio texto de Ramos replica o tom em geral encontrado nas obras de Haraway, uma estratégia feminista poderosa para reafirmar uma posição de fala em geral silenciada. Trata-se de um tom incisivo, forte, com o uso de adjetivos como sujo, opaco, queer, localizado, corpóreo, político, responsável.

Se no caso de Ramos o tom da escrita realça seu alinhamento com a proposta de Haraway, no caso de Ana Lidia de Oliveira é o próprio procedimento textual que se mostra fiel às ideias de Huxley, autor cuja obra ensaística “As Portas da Percepção” é seu ponto de partida. Oliveira cria em seu texto um circuito interconectado e posicionado, como quer Rodrigues, ou uma escrita-ciborgue, como prefere Ramos, que conecta as “portas da percepção” de Huxley com a “abertura do corpo para o mundo” da antropologia ecológica. Seu próprio texto é, portanto, um agenciamento, uma mediação, como prefere chamar, entre trabalhos de autores vindos de áreas diversas do conhecimento, ressaltando para nós a limitação das fronteiras disciplinares.

Oliveira nos mostra como tanto Huxley quanto autores da antropologia ecológica colocam em questão a centralidade do homem frente ao mundo,

argumentando a favor do par homem-mundo, em que corpos são tidos como abertos, permeáveis, fluidos – um mundo em que a matéria, sempre em movimento, tende a vazar. Ao operar esse próprio movimento no argumento, Oliveira nos faz pensar como também os textos podem vazar e criar assim uma tensão criativa entre a especulação teórica e a experiência vivida. Se os corpos – e os textos – estão abertos para o mundo, Oliveira nos chama a acreditar na infinidade do mundo e na sua potencial criatividade.

O dossiê não poderia terminar de maneira melhor. Pois foi na criatividade que as quatro autoras e dois autores apostaram ao dar os seus primeiros passos em pesquisa, todas as quais usufruíram, como é bom lembrar, de fundamentais bolsas de agências financiadoras, sejam elas FAPESP, Capes, Cnpq, ProEx/UFSCar. Como fruto desse processo, os textos que aqui se apresentam se revestem de hesitação, o contrário da arrogância acadêmica para a qual a academia nos leva e logo vicia. Longe de se pretenderem a palavra final sobre os assuntos de que tratam, os textos deste dossiê estão aqui para vazar. Vazar em direção a interlocutores de pesquisa, a professores, a auditores do ensino superior, a militantes e, sobretudo, a colegas graduandos. Que assim possam inspirá-los a se tornarem também pesquisadores-autores de alto nível e, como necessária caixa de ressonância nesses tempos que correm, a repercutirem com força o conhecimento das ciências sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Trad. Joana M. Varela e Manuel M. Carrilho. Assírio & Alvim: Lisboa, Portugal, 1972.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das Ciências Modernas**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

_____. **No Tempo das Catástrofes**. São Paulo: Cosaq Naif, 2015.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. In: _____. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014. Pp. 345-405.

_____. **O Gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

_____. Introduction: new accountabilities. In: STRATHERN, M. (ed.). **Audit Cultures: Anthropological Studies in Accountability, Ethics and the Academy**. London;

New York: Routledge, 2000. Pp 1-18.

_____. **Partial Connections.** Walnut Creek: Altamira Press, Rowman & Littlefield Publishers, [1991] 2004.